

A AÇÃO EDUCATIVA DO AGENTE ESCOLAR

Diogo Lopes da Silva¹; Luciano Nunes Sanchez Cores²; Tatiana Platzer do Amaral³

Estudante do Curso de Pedagogia; e-mail: dlopesilva@yahoo.com.br¹

Professor da Universidade de Mogi das Cruzes; e-mail: Luciano.cores@uol.com.br²

Professora da Universidade de Mogi das Cruzes; e-mail: tatiana@umc.br³

Área do Conhecimento: Educação

Palavras-chave: Escola Pública; Agente escolar; Equipe Pedagógica

INTRODUÇÃO

Com o presente projeto de pesquisa que tem como tema o trabalho pedagógico na escola, pretendo analisar minha própria prática profissional atual, na condição de Agente Escolar. O referencial teórico que se pauta em uma abordagem histórico-crítica a partir das contribuições dos autores, Dermeval Saviani e Maria Helena Souza Patto.

Parte-se da premissa de que a educação é um fenômeno cultural e histórico específico do ser humano, que lhe garante a própria condição de humanidade. É um trabalho não-material, pois envolve a não-separação entre produtor e produto. Entende-se, segundo Patto (2000), que a escola pública se encontra em uma situação crônica, expressamente marcada pelo fracasso dos alunos mais pobres nas séries iniciais de uma parcela expressiva da sociedade. A justificativa histórica volta-se para a minimização da realidade escolar a partir do processo de imputação da culpa aos alunos e suas famílias, frequentemente apontando causas de ordem orgânica ou biológica. Cria-se assim, obstáculos “ao conhecimento rigoroso dos problemas” que permeiam os estabelecimentos escolares, e dessa forma, contribui para “a desmoralização daqueles cujas condições para o exercício de sua profissão estão cada vez mais deterioradas” (p.196). Desta forma, o presente projeto volta-se para espaço pedagógico específico do agente escolar, que envolve manifestações fora da sala de aula, ou seja, recreio, entrada e saída de alunos, movimentação no pátio e em todos os outros ambientes da escola que a função possa acompanhar. É um espaço de construção do conhecimento da prática produtiva e simbólica.

OBJETIVOS

Objetivo Geral: Compreender como se efetiva a ação educativa na escola, a partir da função do agente escolar. **Objetivos Específicos:** Analisar as especificidades da função do agente escolar considerando-se a caracterização em editais de concursos e em documentos oficiais recentes e; Discutir a dinâmica de trabalho do agente escolar, a partir do registro da prática cotidiana focando a participação no processo educativo como membro da equipe escolar.

METODOLOGIA

Caracterização da pesquisa

A presente pesquisa voltou-se para espaço pedagógico específico do Agente Escolar, envolvendo as manifestações fora da sala de aula, ou seja, horários de recreio, entrada e saída de alunos, movimentação no pátio e em todos os outros ambientes da escola nos quais a função pôde acompanhar. É uma pesquisa qualitativa do tipo Pesquisa-ação e

caracteriza-se por sua diversidade e flexibilidade. A pesquisa desenvolvida visou à produção de idéias que antecipassem o quadro real das relações de trabalho na escola, onde alguns sujeitos se assumem educadores, pois não separam a prática produtiva da prática simbólica pela qual é manifesta a Educação.

Cenário da Pesquisa

A investigação foi realizada em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental com atendimento às séries iniciais deste, (1ª à 4ª séries), situada no município da região metropolitana de São Paulo. A escola conta com 1 diretora, 1 secretário, 8 professoras, 2 inspetoras, 2 merendeiras e 2 agentes escolares, dos quais eu aluno-pesquisador sou um.

Fontes de dados

Inicialmente, a fonte de dados foram documentos disponíveis nos sites das fundações Vunesp, Carlos Chagas, e de alguns jornais como: Jornal do Concurso e Emprego, Folha Dirigida e site da Secretaria de Estado da Educação. A coleta de dados também foi realizada por meio de observação, uma vez que é característica dos estudos qualitativos. As observações foram registradas em um Diário de Campo ou Itinerância

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados por meio das diferentes fontes foram organizados a partir de critérios que permitiram delimitar eixos de análise vinculados aos objetivos estabelecidos pelo projeto, isto é, as categorias de análise.

Agente Escolar: especificidades da função

Sabemos que o termo agente escolar é utilizado para caracterizar algo ou alguém que age na escola, tal ação, é ao mesmo tempo material e não-material, é intencional, cotidiana e espontânea, pois é atividade genérica com ou sem motivos particulares, como nos aponta Heller (1992:21):

Também o genérico está “contido” em todo homem e, mais precisamente, em toda atividade que tenha caráter genérico, embora seus motivos sejam particulares. Assim, por exemplo, o trabalho tem freqüentemente motivações particulares, mas a atividade do trabalho – quando se trata de trabalho efetivo (isto é, socialmente necessário) – é sempre atividade do gênero humano.

É possível inferir que o trabalho de limpeza, organização e manutenção de um prédio escolar, é de fato um trabalho socialmente necessário, isto é, útil à sociedade. e tem especificidades.

simples e clara em sua formulação: a escola pública é um *local de trabalho* que, por sua *finalidade* e por sua *natureza peculiar*, supõe critérios especiais de organização. Tais critérios devem ser estabelecidos a partir das *características do trabalho que ali se desenvolve*. Esta pesquisa simples em sua formulação, revela-se, certamente, bastante complexa aos que, admitindo-a, pretendem promover sua materialização. Organizar o trabalho nas escolas públicas brasileiras hoje [...], implica, para além das dificuldades de ordem político-material, retomar e reanalisar todo um conjunto de conceitos e de significações que mais têm prejudicado do que favorecido o entendimento necessário acerca das condições concretas em que a escola pública se realiza. (Silva Júnior, 1995. p.21).

Nos editais foi possível perceber que: Os serviços gerais são apresentados como funções ou cargos secundários, ao explicitarem a idéia de que o trabalhador será simplesmente um ajudante, auxiliar, um assistente, o que evidencia a presença de um outro “profissional” como o principal cumpridor das tarefas realizadas no local de trabalho. A esse tipo de tratamento damos o nome de dissimulação, pois o “ajudante” na verdade é o principal executor das tarefas. No entanto, o que se vê é que esse nome permite sem qualquer esforço, a invisibilidade e humilhação social, de modo que o trabalhador muitas vezes não se sente à vontade para declarar a profissão que exerce, ciente de que a sociedade é sim preconceituosa e seletiva e que segundo Heller (1992)

“rotula o que tem diante de si e o enquadra em uma estereotipia de grupo” que o rebaixa e o faz sofrer o desprezo social. O requisito mínimo para se exercer a função de agente escolar/ ajudante geral é possuir o Ensino fundamental poucas vezes completo, e na maioria destas, incompleto chegando em alguns casos a exigirem simplesmente que o candidato ao emprego público seja alfabetizado. Esses requisitos são grandes indicadores da dominação política que o trabalhador, “alfabetizado, mal escolarizado, humilhado” sofre por se curvar à hegemonia das classes dominantes. Provavelmente a desqualificação vem justificada pelo nível de escolaridade expresso nos editais analisados, que mostram o ajudante geral/agente escolar como um ser desprovido de conhecimento, portanto, incapaz de ensinar, reduzindo suas experiências ao senso comum, ao saber fragmentado e cultura popular.

Trabalho e Escola: Concepções e dinâmica de trabalho do agente escolar

Segundo Silva Júnior (1995:26) “o trabalho refere-se sempre “aos outros” e, como tal, cabe-me comprá-lo quando dele necessito ou vendê-lo quando outros necessitam do meu trabalho”. A mecanicidade, tem no espaço de trabalho um outro nome, ela é tida como Rotina, e seguida todos os dias. A fim de não torná-la pesada, fatigante e monótona, havia a companhia do rádio como se vê no diário de campo em diversos relatos:

12h03 – Entro na primeira sala de aula, na mão direita trago uma vassoura grande e uma pазinha, na esquerda tenho um rádio que acabei de pegar na secretaria para ouvir música enquanto trabalho, faço isso sempre (...) Me prendo às músicas e canto junto com o rádio, por isso o sentimento é praticamente inevitável, me incomodo bastante com a desordem das carteiras que organizo todos os dias, e com a sujeira da sala e das carteiras, pois as lavei a menos de quinze dias, enquanto estavam em recesso escolar. (**R. A. nº 01; 31/07**)

O fato é que a música, o rádio, o som aqui é utilizado para esconder a solidão do trabalho, a invisibilidade desse trabalho que é realizado todos os dias sem que as pessoas o vejam, sobretudo, as que utilizam os espaços arejados, as carteiras e cadeiras limpas e organizadas. A rotina, a mecanicidade está impregnada no indivíduo de modo que o seu trabalho assume papel de destaque na vida desse trabalhador, passando a integrá-lo e a acompanhá-lo em todo o tempo, isto é, pus o trabalho como prioridade máxima, a fim de não ser chamado à atenção.

07h26 – Cheguei na escola mais cedo, pois minha companheira de trabalho Mara, não viria no seu horário normal hoje por ter que ir ao médico. Como já havia me avisado, achei melhor vir cedo para garantir a limpeza da escola antes que as crianças saíssem pro intervalo e que a diretora chegasse, e foi o que fiz... (**R. A. nº 06; 04/09/08**)

Os exemplos citados acima revelam o que é de fato a alienação, a marginalização. De acordo com Severino (1994:59) o trabalho degrada, desumaniza, ele é um trabalho alienado e alienante, ou seja, leva o indivíduo à perda de sua identidade, de sua própria essência. Nessa situação, o indivíduo é reduzido à simples condição de animal ou de máquina, perdendo toda a sua especificidade humana. O autor salienta ainda que a alienação pode ocorrer no trabalho assalariado, de maneira que o salário, muitas vezes, nem chega a repor as energias gastas pelo indivíduo no exercício de sua atividade produtiva. A alienação leva o indivíduo a sofrer o preconceito e este o leva a ser um humilhado na sociedade em que está inserido. Ao sentir o peso da humilhação contida no trabalho que realizo na escola, passei a questionar, ou reclamar das seguintes situações

Me sinto afrontado, o que fazem as professoras que não vêm seus alunos rabiscando carteiras e jogando papel no chão? (brincadeira, hein!) (R. A. nº 01; 31/07/08)

[...]lavei o banheiro masculino, que por sinal estava muito fedorento... a urina dos meninos é muito forte e eles não dão descarga no banheiro de jeito nenhum, às vezes tranco o banheiro pra impedir esse tipo de coisa... são as crianças da tarde, eles geralmente usam na saída enquanto estou fechando as salas. (R. A. nº 06; 04/09/08)

Eu só pareço existir como pessoa quando precisam que eu fique na sala de aula para cobrir a falta de um professor, quando precisam de favores pessoais, quando fazem alguma sujeira ou precisam usar algo ou algum lugar sujo. Pelo contrário, nem pensam, me excluem.

A exclusão política fabrica sintomas, infestando o afeto, o raciocínio, a ação e o corpo do *homem humilhado*. Assume poder nefasto: ao mesmo tempo em que molda a subjetividade do indivíduo pobre, caracterizando-o muitas vezes como um ser que não pode *criar* mas que deve *repetir*, esvazia-o das condições que lhe possibilitariam transcender uma compreensão imediata e estática da realidade. (Costa. 2004. p.62)

A partir dessa exclusão gerada inicialmente por um preconceito contra a função do Agente ou ajudante geral, o trabalho se encarregou por suas próprias condições da alienação do indivíduo que passou a ser humilhado publicamente. Na verdade, trata-se de um “jogo” de luz e sombras, como nos mostra o trecho escrito no prefácio do trabalho de Costa (2004) pelo seu Professor José Carlos M. G. Filho que diz:

A distribuição da luz e das sombras sobre objetos, ambientes, corpos, não é coisa que deveríamos tomar meramente como coisa física, o corriqueiro espetáculo de como o sol ou a lâmpada faz figurar certos lados, deixando outros sob penumbra, arquitetando o que vai brilhar e o que ficará escuro. A iluminação é coisa também social. O que vemos e o que deixamos de ver, o regime de nossa atenção, é decidido segundo o modo como fomos colocados em companhia dos outros, [...]. (p.18)

CONCLUSÕES

A partir do momento em que o trabalhador mediante sua atividade de trabalho se mostra alienado, automaticamente, todos ao seu redor o simplificam ainda mais, pois, uma vez que o trabalho que ele realiza fomenta as condições geradoras da alienação, as conseqüências mais visíveis são: a *humilhação*, a *invisibilidade* e a *coisificação*. Conclui-se que o Agente Escolar realiza diversas ações Educativas em seu contexto e local de trabalho, porém é um profissional que em seu exercício, freqüentemente não é percebido e valorizado como tal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HELLER, A. (1992). **O Cotidiano e a História**. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, p. 17-63.
- PATTO, M. H. S. (2000). **Mutações do Cativo: escritos de psicologia e política**. São Paulo: Hacker Editores/Edusp, pp. 187-221.
- SAVIANI, D. (2008). **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 10. ed. Ver., Campinas, SP: Autores Associados.
- SEVERINO, A. J. (1994). **Filosofia da Educação: construindo a cidadania**. São Paulo: FTD.
- SILVA JÚNIOR, C. A. (1995). **Escola Pública como local de Trabalho**. 3. ed. São Paulo: Cortez.